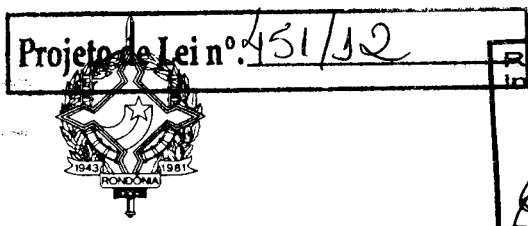


[Handwritten signature]



Recebido, Autue-se e inclua em pauta.
18 ABR 2012
1º Secretário

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

105/12
105/12

MENSAGEM N. 067 , DE 17 DE ABRIL DE 2012.

[Handwritten signature]

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que “Autoriza o Poder Executivo a proceder contratação de socioeducadores por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei n. 1.184, de 27 de março de 2003, alterada pela Lei n. 2.614, de 28 de novembro de 2011”.

Senhores Deputados, considerando o que preconiza a Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional do Sistema Socioeducativo, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, compete ao Estado proporcionar aos adolescentes infratores atividades variadas como o atendimento psicossocial, de saúde, jurídico, educacional, profissionalizante e de lazer.

Para a satisfação dos referenciados objetivos, imprescindível se mostra a disponibilidade de profissionais que possam atuar na condução e escolta dos adolescentes que estão cumprindo medida de internação.

Ressalta-se que, atualmente, a falta de efetivo impossibilita o desenvolvimento das atividades tais como concebidas. Tal fato, incute em cobranças do Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público e da própria sociedade.

Oportunamente, informa-se que a situação do sistema socioeducativo é de alto risco, uma vez que nas unidades de internação da capital nos deparamos com grupos de adolescentes rivais, que conhecendo a fragilidade da segurança das unidades em razão da insuficiência de efetivos, articulam sucessivas transgressões à ordem e à disciplina, acarretando, pois, grande número de motins, rebeliões e fugas das unidades de internação.

Busca-se, nesse sentido, priorizar os atendimentos clínicos e técnicos, atividades estas que se encontram prejudicadas no momento. Noutro giro, apesar do início do ano letivo, não são raras as oportunidades em que se suspendem as aulas por falta de responsáveis pela escolta e acompanhamento dos adolescentes.

As atribuições dos socioeducadores deverão considerar o profissional que desenvolva tanto tarefas relativas à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes quanto dos funcionários habilitados a oferecer as atividades pedagógicas.

O contingente proposto no presente Projeto de Lei considera a dinâmica institucional e os diferentes eventos internos como férias, licenças e afastamento de socioeducadores, encaminhamentos de adolescentes para atendimentos técnicos dentro e fora dos programas socioeducativos, visitas de

SECRETARIA
RECEBIDO
18 ABR. 2012
[Handwritten signature]
Secretaria Legislativa

[Handwritten signature]

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - 17/04/2012 14:10



Assinatura manuscrita no canto superior direito da página.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

familiares, audiências, encaminhamentos para atendimento de saúde dentro e fora dos programas, atividades externas dos adolescentes.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências, na medida em que ponderem acerca da extrema necessidade da Secretaria de Estado da Justiça para atender o Sistema Socioeducativo, aguardo o acatamento da requesta, com a consequente aprovação deste Projeto de Lei, pelo que antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Assinatura manuscrita de Confúcio Aires Moura.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador



081

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

GRUPO OCUPACIONAL SÓCIO-EDUCADOR
(NÍVEL MÉDIO)

CARGO	NÚMERO DE VAGAS
SÓCIO EDUCADOR	75

VALOR UNITÁRIO	R\$ 2.027,11
VALOR TOTAL MÊS	R\$152.033,25
VALOR TOTAL ANO	R\$1.824.399,00

CARGO: SÓCIO EDUCADOR(ÁREA: SOCIAL)

Requisitos para provimento do cargo: Certificado de conclusão do Ensino Médio e Certificação de Curso de Formação Específica, devidamente registrado no órgão competente.

Idade: mínima de 18 (dezoito) anos.

Lotação: Privativa na Secretária de Estado de Justiça – SEJUS.

Síntese das Atribuições do Cargo: Executar as atividades sócio-educativas de acordo com o especificado pela instituição; Auxiliar no acompanhamento e fiscalização para garantir aplicação dos preceitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente; Auxiliar e exercer assistência pedagógica e material ao idoso, criança ou adolescente de acordo com o programa ao qual estiver vinculado; Auxiliar nos programas e projetos sócio-educativos; Auxiliar no desenvolvimento comunitário de acordo com as diretrizes do projeto ou programa ao qual estiver vinculado; Auxiliar e atuar diretamente na execução dos programas de formação e qualificação profissional; Auxiliar na elaboração de relatórios e pesquisas levantando dados, aplicando questionários, preenchendo fichas, coletando informações de acordo com especificação do programa/projeto e/ou atendendo determinação de instâncias superiores; Auxiliar no primeiro atendimento, recebendo crianças, adolescentes e idosos que procurem pelo serviço ao qual estiver vinculado; Auxiliar nas atividades educativas visando à inserção profissional e social das famílias em situação de risco; Auxiliar no acompanhamento e avaliação das ações e da situação dos beneficiários executando atividades especificadas no programa/projeto ou determinadas por instancias superiores; Participar em reuniões, encontros, comissões e debates conforme especificação no programa/projeto ou determinação por instâncias superiores; Participar em atividades ocupacionais, recreativas e sociais; Participar no atendimento e na integração do adolescente em conflito com a lei, em cumprimento da medida sócio-educativa, junto à família e a sociedade; Participar na construção do projeto de vida do adolescente, executando proposta pedagógica definida pela instituição de forma a permitir redimensionar hábitos, valores com a perspectiva de formação para o exercício da cidadania; Realizar visitas a familiares e à comunidade de procedência do beneficiário para envolvimento da família e da sociedade no atendimento sócio-educativo; Auxiliar no acompanhamento sistemático registrando dados observados a partir de encontros individuais e/ou em grupos durante o atendimento sócio-educativo; Zelar pelo patrimônio da instituição e pela qualidade do ambiente de trabalho; Manter a vigilância para assegurar a proteção pessoal dos beneficiários e servidores; Fiscalizar cumprimento das atividades sócio-educativas pelos beneficiários; Observar, advertir e orientar os beneficiários, tendo em vista a aplicação das regras de disciplina adotadas pela instituição como meio para a realização da ação sócio-educativa; Comunicar aos superiores informações relevantes sobre o acompanhamento dos beneficiários.



04

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI DE 17 DE ABRIL DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo a proceder contratação de socioeducadores por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei n. 1.184, de 27 de março de 2003, alterada pela Lei n. 2.614, de 28 de novembro de 2011.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º Nos termos da Lei n. 1.184, de 27 de março de 2003, alterada pela Lei n. 2.614, de 28 de novembro de 2011, para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público, fica o Poder Executivo autorizado a contratar 75 (setenta e cinco) socioeducadores pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, no caso de persistência das causas que ensejaram o excepcional interesse público.

§ 1º O quantitativo será contratado por área de atuação, lotação, formação e especialidades, na forma do anexo único desta Lei.

§ 2º Os cargos autorizados por esta Lei só serão ocupados diante da estrita necessidade de atender a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Justiça, no município de Porto Velho, vedado o desvio de função dos contratados, inclusive sua movimentação e utilização em outra atividade que não a disposta nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades para as quais ora se contrata pessoal em caráter emergencial, iniciar-se-á imediatamente após a contratação de que trata esta Lei, não podendo sofrer solução de continuidade.

Art. 3º O processo seletivo, a contratação, bem como os direitos e as obrigações decorrentes dos contratos celebrados com fundamento nesta Lei serão regidos pelas normas contidas na Lei n. 1.184, de 27 de março de 2003.

Art. 4º Os empregados temporários, por força do vínculo com a Administração Pública, estão sujeitos às normas concernentes aos deveres, proibições e regime de responsabilidade, bem como às penalidades prescritas para o servidor público civil do Estado.

Art. 5º Em caso de desistência, óbito ou outra causa impeditiva dos profissionais contratados, para não haver prejuízo na continuidade do atendimento, ficará a Secretaria de Estado da Justiça autorizada a dispensar e substituir o contratado por outro que atenda aos dispositivos desta Lei.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado da Justiça.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



05

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

ANEXO ÚNICO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS
VALORES DE VENCIMENTOS BÁSICOS

CARGO	NÚMERO DE VAGAS	VALOR
SÓCIO EDUCADOR	75	R\$ 2.027,11

67627